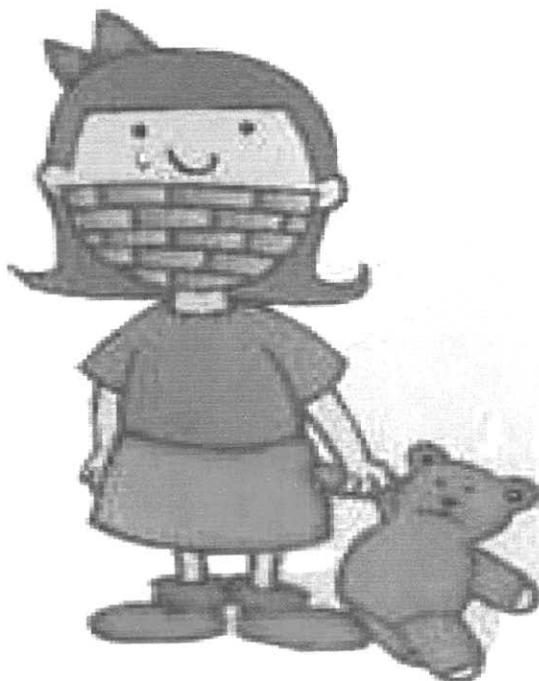


UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Abuso Sexual:
Quebrando os muros invisíveis do silenciamento**



8,5
am

Roberta de Lima Albino Rodrigues

**Rio de Janeiro
Junho de 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Abuso Sexual:
Quebrando os muros invisíveis do silenciamento**

Roberta de Lima Albino Rodrigues

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da
Escola de Educação do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.**

Área de concentração: Pedagogia

Orientadora: Profª Drª Sandra Albernaz

Rio de Janeiro

Junho de 2009

AGRADECIMENTOS...

Foram muitos os que contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Aqui estão meus mais profundos agradecimentos...

... à Deus, motivo da minha existência e que me permite lutar pelos meus ideais, como diz no hino da cantora Cassiane “abre as portas pra ninguém mais fechar”, que em sua grandiosa misericórdia nos abençoa diariamente;

...aos meus pais e meu irmão por fazerem parte da minha vida, por sempre acreditarem e me incentivarem, pelas palavras amigas ditas no momento em que eu muito precisava delas;

A meus vizinhos Rosane e Luiz Antônio que me recebem em sua casa como uma filha

... à minha orientadora Profª Drª Sandra Albernaz por todo apoio e atenção;

à Profª Drª Maria Amélia que me recebeu em seu grupo de pesquisa que foi fundamental para meu crescimento pessoal e acadêmico;

...à todos os professores da Unirio, pelos ensinamentos e momentos de trocas que me

proporcionaram, principalmente a Profª Maria Ângela Corrêa;

... às amigas que fiz durante esses quatro anos de faculdade, com as quais compartilhei momentos felizes e outros tristes, mas sempre juntas, enfrentando os obstáculos, descobrindo e nos redescobrindo, cada uma contribuiu de forma diferente e muitas vezes irritante para este momento: Camila Dantas, Fernanda Cristina, Paola de Barreto, Juliana Gomes Ferreira, Carolina Morgado e Marina Martins.... elas nunca me deixaram desistir...

... a minha amiga Samara que me “iluminou” em alguns momentos difíceis;

.... a colega Priscila que me serviu de dicionário em diversos momentos;

.... a minha chefe / amiga Luciana, que sempre disposta a me ajudar, colaborou de diferentes formas nesse meu percurso.

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso...

... à Deus pois sem Ele eu nada seria;

a minha avó, que fazia a ida á escola um processo de contação de história...

obrigada vó, por sempre fazer da minha vida algo mais doce....

a meus pais e meu irmão por serem tudo e muito mais que eu preciso

*Uma lâmpada. Um copo. Uma garrafa.
Sem outra utilidade ou pertinência
que estar ali, que dar a consciência
um casual pretexto, mas não um traço humano
que ora inflama, abafa a luz ou que ali beba.*

*Em tudo a ausência:
paredes que, caiadas, dão ciência
que ali ninguém repousa ou se estafa.*

*Somente é familiar a luz acesa
que põe sobre a toalha posta à mesa
a sombra que se alarga: o dia quedo
do tempo o passo segue em sua vaga
irrealidade. À tarde já se apaga.
Abraçam-se os objetos: sentem medo.*

Resumo:

Apenas um terço das crianças que são vítimas de abuso sexual, são afastadas do convívio com o agressor. Essa situação de encobrimento, muitas vezes é apoiada pela família. O objetivo dessa pesquisa consiste em quebrar esses muros invisíveis, intimamente ligados a questões culturais e de relacionamentos, procurando entender quais discursos falseiam a verdade que se esconde por trás do silêncio dessas crianças agredidas.

Palavras-chaves:

Sexualidade; Abuso sexual; Cotidiano; Escola;

Abstract:

We find that only one third of the children who are victims of sexual abuse, are moved away from the conviviality with the aggressor. This situation of concealment, many times is supported by the family. The objective of this research consists of breaking these invisible walls, deeply connected to cultural questions and relationships, looking for understanding which speeches falsify the truth that hides backwards of these attacked children's silence.

Key words: Sexuality; Sexual abuse; Silence.

SUMÁRIO

1.0 Introdução: A história da infância e o abuso sexual ao longo do tempo.....	8
2.0 Educação e Sexualidade – Abuso Sexual.....	11
2.1 O papel do professor.....	13
3.0 Abuso sexual: Quebrando os muros invisíveis do silenciamento.....	15
3.1. Seqüelas comuns nas vítimas.....	18
3.3. Por que as crianças e adolescentes se calam.....	20
4.0 Conclusão	23
5.0 Anexos.....	26
6.0 Referência Bibliográfica.....	31

1.0 INTRODUÇÃO: A história da infância e o abuso sexual ao longo do tempo

O objeto de minha monografia foi o abuso sexual infantil, este é um tema de extrema complexidade possuidor de diversas nuances e formas, interpretarmos em algumas de suas faces.

O interesse foi construído no espaço acadêmico, especialmente pela participação no grupo de pesquisa e extensão da Prof^a Dr^a Maria Amélia. O grupo tinha como foco a formação continuada do professor, na complexa temática da sexualidade, ele possuía várias vertentes e uma delas era o abuso sexual. Foram realizadas oficinas com as professoras do município de Queimados no Rio de Janeiro, no qual casos de abuso sexual haviam ocorrido com algumas professoras e alunos. A suas falas acabaram por me contagiar e despertou uma irresistível vontade de trabalhar com essas questões.

Defini como objeto de investigação, o silenciamento da vítima e seus familiares, assim como seqüelas causadas pelo abusador. Busquei refletir, juntamente com alguns autores tais como Philippe Áries, Michel Foucault, o quanto às manifestações de violência sexual causam danos horríveis à pessoa abusada, silenciando e controlando seu discurso.

Como metodologia investigativa, realizei revisão literária do sítio da ABRAPIA¹, Jornal o Globo, além do material coletado nas oficinas do grupo Nexus e Sexus, da época que participei do projeto.

Para melhor compreensão da questão da criança/ abuso, acho importante nessa introdução falar um pouco sobre a história da criança, pois facilitará o entendimento da situação dela no momento atual. As atitudes e crenças relacionadas às crianças, o sentido da infância e os padrões de cuidados dos filhos mudaram significativamente ao longo do tempo. Por isso é importante contextualizar os diversos olhares e significados atribuídos à infância, além do caráter protetor comparando com o tempo atual.

¹ ABRAPIA: relatório abuso sexual. Disponível em <http://www.abrapia.org.br>. Acesso em: 18 out. 2008.

Procurando mostrar uma visão panorâmica do sentido da infância, pode-se apontar que na antiguidade clássica, os pais e o Estado decidiam sobre a vida e a morte das crianças, sendo comum livrarem-se dela principalmente quando defeituosas. O infanticídio era uma prática comum nas sociedades antigas, de acordo com Sanderson,(2005).

O pátrio poder representava verdadeiro direito de propriedade dos pais sobre os filhos, incluídos nessa perspectiva o direito de castigá-los, mandar flagelar, de condenar à prisão e banir da família segundo Passetti (1995). No direito romano a preocupação maior em relação às crianças estava mais diretamente ligada aos bens materiais do que à proteção. O poder paterno passou a sofrer restrições de sua hierarquia frente ao poder divino representado pela igreja católica.

*“Em consequência o primeiro direito suprimido
foi o de morte, pois o pai não pode destruir o
que foi criado por Deus”. (Badintir, 1985, p.42)*

O abandono de crianças em orfanatos, na chamada “roda dos expostos”, e o enfaixamento dos bebês, que ficavam imobilizados enquanto os adultos cuidavam de seus afazeres, era uma prática muito comum do período colonial.

O enfaixamento era uma das recomendações médicas, cuja finalidade era ajudar a vencer as fraquezas herdadas pelas crianças, de acordo Kroll (1997). Esse comportamento era adotado por todas as camadas sociais.

Somente a partir do século XIX e metade do século XX, que o padrão de cuidado com os filhos tem sido marcado por modo de auxílio, no qual se considera que as crianças sabem do que precisam como qualquer pessoa. As alterações nos cuidados com os filhos causaram um grande impacto tanto nas crianças como nos adultos. DeMause (1998 e 2002, citado por Sanderson), aponta a existência de abuso sexual de crianças em diferentes culturas, incluindo aqui a remoção genital feminina. Ele defende também que pais abusados ou traumatizados na infância podem se sentir compelidos a repetir essas situações, entretanto ressalta que isto não é uma regra.

A declaração de Genebra (1924) anunciou a necessidade de proteção especial à criança.

✓

O Brasil se antecipou à convenção sobre os direitos da criança, aprovando a sua carta magna, em 1988, no artigo 227, o seguinte conteúdo:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar comunitária, além de colocação a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

(Brasil, 1998, art.227).

O estatuto da criança e do adolescente representou um grande marco histórico, para um ser humano antes considerado como objeto. Esse estatuto propõe políticas sociais e ações especiais, com vistas a garantia de direitos à infância e a adolescência.

Deste modo a presente investigação compreende que o abuso sexual é uma violência perpetrada contra a criança, que fere seu direito como cidadã, além de ser uma forma perversa de violar sua estrutura psíquica.

Obs: Roberta, na Introdução, você poderia acrescentar mais a questão sobre o abuso sexual, ou seja, deveria narrar uma breve história do abuso sexual em crianças e adolescentes, ao longo do tempo, privilegiando o século XX.

2.0 Educação e Sexualidade – Abuso Sexual

Segundo Foucault (1973) a sexualidade como parte construtora de vida se transfigurava nos séculos XVI e início do XVII como uma expressão livre dos corpos e das discussões sobre sexo. Apesar disso, nos séculos seguintes com a ascensão da burguesia instaura-se a hipótese repressiva, com elementos organizados num mecanismo central de poder para controlar o desejo e as “verdades” das populações sobre sexo, por meio de concessões, proibições, censuras e recusas; colocadas em discursos de forma astuciosa e discreta submetida a um mecanismo de crescente disseminação e implantação das sexualidades polimorfas, com o intuito de constituir uma ciência da sexualidade.

Neste contexto histórico, suas instituições ou lugares sociais legitimados como, a escola, os hospitais, os hospícios, as prisões, as igrejas e as famílias, proliferavam somente os discursos adotados pelo Estado para respaldá-lo e fortalecê-lo, estabelecendo relações sociais de silêncio absoluto ou, pelo menos, de tato e discrição, entre pais e filhos, educadores e alunos; refletidos na depuração de um vocabulário autorizado, por meio da filtragem das palavras, para falar de sexo, nas regras de decência e no policiamento dos enunciados e das enunciações.

A partir do século XIX a família passa a concentrar mais poderes no interior de suas relações. Tais poderes envolvem o sexo e toda uma teia de acontecimentos que o cercam. Da mesma forma são envolvidos os prazeres ai presentes, de acordo Foucault (1973) dentro deste contexto aparece o abuso sexual.

O abuso sexual é uma realidade presente na vida de inúmeras crianças e adolescentes, independentemente de classe, raça ou credo. E tem um impacto muito grande na saúde física e mental do indivíduo, deixando marcas em seu desenvolvimento, com danos que podem persistir por toda vida.

O conhecimento sobre sexualidade humana, especialmente infantil, a informação sobre o tema, sua significação e representação social pelos pais, educadores e profissionais da saúde podem funcionar como forte indicador na prevenção e proteção da criança.

Ressalto também que a orientação sexual oferecida pela família e pela escola desempenham um papel importante na prevenção do abuso sexual, uma vez que assim a criança pode aprender a se defender, evitando todo um trauma.



Nessa conjuntura o papel do professor como detector dos casos de abuso torna-se fundamental, devido ao grande período que tem de convivência com a criança terá facilidade em perceber os sinais por ela enviada.





2.1 O papel do professor

Todo educador precisa estar apto a decodificar os sinais e sintomas que a criança e vítimas de abuso sexual trazem consigo. Necessita realmente escutar, observar os sinais e encaminhar para as denúncias. Deve estar capacitado para o manejo psicológico da situação de violência e ter conhecimento da legislação e meios de proteção legais e sociais existentes em sua comunidade, sempre necessários na assistência às vítimas de abuso sexual.

N. do C. Tal afirmação é condizente, correspondendo ao art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

*“Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena: – multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso reincidência.
(Rio de Janeiro, 1997, p.55)*

Outro importante fator a ser destacado é que apenas um terço das crianças que são vítimas desse abuso, são afastadas do convívio com o agressor, com isso, é esperado que todo docente como diz o trecho acima contribua com as denúncias nos órgãos responsáveis, garantindo a integridade física e emocional da vítima sob seus cuidados. Além do deveres éticos, legais e morais, todo professor deve saber da importância de sua intervenção na prevenção ou interrupção do abuso sexual.

Associando-se a falta de clareza nos conceitos a uma ignorância quase completa a respeito da legislação e das atribuições das diferentes instituições e áreas de conhecimento sobre o assunto, temos como resultado profissionais totalmente despreparados para enfrentar os casos reais que se apresentam, temerosos em se posicionar diante destes e receosos de que o encaminhamento de uma suspeita resulte em algum



tipo de inconveniente legal para o profissional
(Lerner, 2000, p. 16).

Hazzard e Rupp (1986) identificaram que, dentre vários grupos de profissionais, os professores são os que detêm menor número de informações sobre abuso sexual, sugerindo a necessidade de se levantar quais informações esses professores têm acerca do assunto e assim, propor e desenvolver formas de melhorar esse repertório de informações. Capacitar profissionais envolvidos com a questão talvez possa garantir a identificação precoce de vítimas. Fagot, Hagan, Youngblade e Potter (1989) propuseram que educadores fossem capacitados a serem mais sensíveis aos sintomas que uma criança sexualmente abusada apresenta. No entanto, é bastante raro encontrar educadores com capacitação acerca do abuso sexual e esta é claramente uma questão merecedora de estudos.

Cunningham e Sas (1995) apontam alguns fatores que podem inibir a denúncia do professor sobre a ocorrência de abuso sexual: conflitos emocionais e desconforto com a hipótese de abuso; a solicitação de segredo vindo da criança; incerteza de informações que somente serão obtidas após na denúncia; o fato destes não estarem familiarizados com os procedimentos adotados pela polícia; apreensão sobre reações parentais negativas e falta de habilidades quando questionados sobre a denúncia.

educação O educador também precisa perceber que muitas vezes as vítimas de abuso sexual muitas vezes têm necessidades educativas especiais, pois muitas delas podem apresentar dificuldade de aprendizagem e relacionamento com os colegas de turma, devido ao abalo psicológico e precisam de atendimento especializado, não só porque constituem risco ao aprendizado e ao desenvolvimento, mas também porque a escola tem um compromisso com a promoção da cidadania e a qualidade de vida de seus educandos.

✓

3.0 Abuso Sexual: Quebrando os muros invisíveis do silenciamento

A prática sexual, cada vez mais divulgada, pelos diversos meios de comunicação, pode se apresentar em formas distorcidas de relacionamentos, com a busca de novas circunstâncias e modalidades, não importando se isso significa ir além da vontade do outro.

Em todos os tempos, o domínio do mais forte sob o mais fraco foi exercido sobre as diversas formas de poder, nas diferentes instâncias da sociedade, desde as políticas, às sociais e familiares. A essa relação de poder, de busca dos excessos, do diferente e até mesmo do anormal, somada a pouca importância dada às crianças e aos adolescentes e às consequências dos maus-tratos dos adultos sobre eles, resulta muitas vezes na violência sexual.

A violência sexual contra a criança é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar, dentro de um contexto histórico-social de violência endêmica e com profundas raízes culturais. A partir da década de 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que eles passaram no país a serem juridicamente considerados sujeitos de direitos, e não simplesmente menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão como eram vistos.

No entanto, mesmo com a evolução dos princípios morais e legais em defesa das crianças e adolescentes, os casos de abuso sexual não deixaram de acontecer, nem passaram a ^{relações} serem vistos de maneira uniforme pela sociedade, como um crime que deixa seqüelas, muitas vezes irreparáveis.

→ De acordo com o site da ABRÁPIA, abuso sexual pode ser definido como abuso de poder, no qual a criança ou o adolescente é forçado, por meio de violência física, intimidação, suborno, chantagem, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a sua vontade para a gratificação sexual de outrem.

O abuso sexual é um fenômeno universal que atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões e culturas e pode ser considerado como qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à vítima e, em extremos, a morte.

Nesse contexto, a violência sexual contra a criança caminha hoje para ocupar uma posição de grande destaque porque está se tornando um modo de relação dominante. Isto

→ também está relacionado ao fato do abuso ocorrer dentro do ambiente familiar, acucando ainda mais a vítima, pois o abusador exerce alguma forma de poder sobre a mesma.

De acordo com Freud, em Totem e Tabu², para as duas primeiras relações parentais, as normas legais de cuidados existem desde a antiguidade, antes mesmo das leis, onde dois princípios fundamentais sempre regeram a convivência entre as pessoas, a proibição do canibalismo e a proibição do incesto.

Esses princípios são transmitidos de diversas formas, pela educação, pela religião ou cultura, e nenhuma pessoa que viva em sociedade pode afirmar desconhecer essa lei, que é passada de geração a geração.

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde³, como um dos maiores problemas de saúde pública. Seu real número é desconhecido, visto que muitas crianças não revelam o abuso, e a maioria quando consegue falar, o faz somente na idade adulta.

É importante ressaltar que comumente quem abusa sexualmente de crianças são pessoas conhecidas e que, de alguma forma, podem controlá-la. Esta pessoa, em geral, é alguma figura de quem a criança gosta e em quem confia. Por isso, quase sempre acaba convencendo a criança a participar desses tipos de atos por meio de persuasão, recompensas ou ameaças.

Sendo assim, o agressor pode ser qualquer pessoa: tio, pai adotivo, pai, primo, irmão, avô, vizinho, amigo da família, não sendo realizado, portanto, como se imagina, por pessoa totalmente desconhecida da vítima. E mais uma vez, ressalto que acontece em qualquer classe social envolvendo pessoas com bom nível de instrução ou não. O exposto fica claro na tabela do Anexo I, fornecida pela ABRAPIA

Quando a criança começa a entender o que está acontecendo como abuso ou, algum tipo de relação anormal, o abusador inverte os papéis, impondo a ela a culpa de ter aceitado seus “carinhos”. Ele se utiliza da imaturidade e insegurança de sua vítima, colocando em dúvida a importância que ela tem para sua família, diminuindo ainda mais sua auto-estima, ao demonstrar que qualquer queixa da parte dela não teria crédito algum.

² Freud S. Totem y tabu. In: Obras completas de S. Freud. Tomo XIII. 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores; 1980. p. 11-26.

³ World Health Organization. Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence. 2003:8.

A partir disso, então, começa a exigência do silêncio, através de todos os tipos de ameaças à vítima e às pessoas de quem ela mais gosta ou depende. O abuso é progressivo; quanto mais medo, aversão ou resistência pela vítima, maior o prazer do agressor, maior a violência⁴. (adaptado Pfeiffer L, Waksman R)

Sentindo-se desprotegida pelo outro responsável, que normalmente sendo a mãe, que permitiu a aproximação do abusador, insegura por imaginar que realmente não seria ouvida ou acreditada, envergonhada tanto pelo que passa, como pela sua impossibilidade de denunciar, por seu amor próprio reduzido, muitas vezes se sentindo culpada também por sentir prazer pelos estímulos sexuais recebidos e, ainda, ameaçada por aquele de quem habitualmente depende física e emocionalmente, ela se cala, muitas vezes para toda sua vida.

Na verdade, ouvir é uma atividade do silêncio, uma vivência da concentração, um abandono de si e gesto puro de entrega; portanto, seria necessário silenciar-se e concentrar-se, abandonar seu ego e se entregar para saber ouvir: e quem de nós está pronto? (GELEWSKI: 1973: 10).

Para uma familiar realmente ouvir essa criança pedindo ajuda, ele precisa deixar de lado seus preconceitos, pensamentos que dizem ser aquela uma pessoa que nunca faria isso, e ainda, em algumas situações, quando o incesto é revelado, a mãe reage com ciúmes, como rival e passa a colocar na filha a responsabilidade pelo ocorrido. Colaborando com essa prática, estaria a dificuldade de a mãe reconhecer o incesto⁵.

⁴ Pfeiffer L, Waksman R. Violência na Infância e Adolescência. Manual de Segurança da Criança e do Adolescente, Sociedade Brasileira de Pediatria. São Paulo, 2004;195-267.

⁵ 18. Hirsch M. Realer inzest. Berlin, Heidelberg: Springles Verlag;1990.

2.2 Seqüelas comuns nas vítimas.

As principais seqüelas do abuso sexual são de ordem psíquica, sendo um relevante fator na história da vida emocional de homens e mulheres com problemas conjugais, psicossociais e transtornos psiquiátricos. De difícil suspeita e complicada confirmação, os casos de abuso sexual são praticados, na sua maioria, por pessoas ligadas diretamente às vítimas e sobre as quais exercem alguma forma de poder ou de dependência (adaptado de ABRAPIA, 2008)⁶.

Nem sempre acompanhado de violência física aparente, pode se apresentar de várias formas e níveis de gravidade, o que dificulta enormemente a possibilidade de denúncia pela vítima e a confirmação diagnóstica pelos meios hoje oferecidos pelas medidas legais de averiguação do crime. Efeitos psicológicos do abuso sexual podem ser devastadores, e os problemas decorrentes do abuso persistem na vida adulta dessas crianças.

Devido ao fato da criança muito nova não estar pronta psicologicamente para ser estimulada sexualmente, e mesmo que desconheça o sentido ético e moral da atividade sexual, quase invariavelmente acaba desenvolvendo problemas emocionais depois da violência sexual.

A criança que é vítima de abuso sexual prolongado, usualmente desenvolve uma perda drástica da auto-estima, tem a sensação de que não vale nada e adquire uma representação anormal da sexualidade. A criança pode tornar-se muito retraída, perde a confiança em todos adultos e pode até chegar a considerar o suicídio, principalmente quando existe a possibilidade da pessoa que abusa ameaçar de violência se a criança negar-se aos seus desejos.

→ Algumas crianças abusadas sexualmente podem ter dificuldades para estabelecer relações harmônicas com outras pessoas, podem se tornar futuros abusadores quando adultos, que também abusam de outras crianças podem se inclinar para a prostituição ou podem ter outros problemas sérios quando adultos.

⁶ ABRAPIA: relatório abuso sexual. Disponível em <http://www.abrapia.org.br>. Acesso em: 18 out. 2008.

Comumente as crianças abusadas estão aterrorizadas, confusas e com pavor de tocar no assunto. Com frequência elas permanecem silenciosas por medo de provocar uma desagregação familiar ou por medo de serem consideradas culpadas⁷,

Mudanças bruscas no comportamento, apetite ou no sono pode ser um indicio de que alguma coisa está acontecendo, principalmente se a criança se mostrar curiosamente isolada, muito perturbada quando deixada só ou quando o abusador estiver perto.

O comportamento das crianças abusadas sexualmente pode incluir⁸ :

- Interesse excessivo ou evitar natureza sexual;
- Problemas com o sono ou pesadelos;
- Depressão ou isolamento de seus amigos e da família;
- Achar que têm o corpo sujo ou contaminado;
- Ter medo de que haja algo de mal com seus genitais;
- Negar-se a ir à escola,
- Rebelia e Delinqüência;
- Agressividade excessiva;
- Comportamento suicida;
- Terror e medo de algumas pessoas ou alguns lugares;
- Retirar-se ou não querer participar de esportes;
- Respostas ilógicas (para-respostas) quando perguntamos sobre alguma ferida em seus genitais;
- Temor irracional diante do exame físico
- Mudanças súbitas de conduta.

⁷ Berliner L, Conte JR. The effects of disclosure and intervention on sexually abused children. Child Abuse Negl. 1995;19:371-84.

⁸ <http://www.psiqweb.med.br/infantil/conduta.html>

2.3 Por que as crianças e adolescentes se calam

O abuso sexual é um fenômeno encoberto por um segredo, um muro de silêncio, do qual fazem parte os familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência.

Os indivíduos que trabalham na assistência às vítimas de abuso precisam saber que estes maus-tratos vêm acompanhados de agressões psicológicas, como em todas as formas de violência nessa faixa etária. Os casos mais frequentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, causando lesões psicológicas mais graves do que na agressão sofrida por estranhos.

Mais comumente quem abusa sexualmente de crianças são pessoas que a criança conhece e que, de alguma forma, podem controlá-la. De cada 10 casos registrados, em 8 deles o abusador é conhecido da vítima. Trata-se de uma forma de violência doméstica que usualmente acontece de forma repetitiva, traiçoeira, em um ambiente relacional favorável, sem que a criança tome, inicialmente, consciência do ato abusivo do adulto, que a coloca como provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada por seu procedimento⁹.

Neste contexto a primeira reação da família diante da notícia de abuso sexual pode ser de incredulidade. Como pode ser comum crianças fantasiarem histórias, elas podem informar relações sexuais imaginárias com adultos, mas isso não é algo comum. De modo geral, mesmo que o suposto abusador seja alguém em quem se vinha confiando, a denúncia da criança deve ser considerada, investigada.⁹

✓

⁹ ABRAPIA: relatório abuso sexual. Disponível em <http://www.abrapia.org.br>. Acesso em: 18 out. 2008.

Outra constatação da complexidade do impacto dessa violência na estrutura familiar é que o incesto é mais frequentemente relatado em famílias de nível socioeconômico inferior e mais facilmente encoberto pelas de padrão mais alto.

Isto se deve ao fato, de família sentir vergonha do acontecido e temer um julgamento da sociedade (principalmente no caso da classe média - alta ela perderia seu status), em geral, as famílias nas quais acontecem os abusos sexuais são muito particulares, pois respondem a uma situação que as mantém na mesma condição de abuso. Estes grupos familiares funcionam em um equilíbrio sustentado pelo abuso e pelo *segredo*; a situação de abuso adota a forma de um segredo onde a vítima não pode exteriorizar suas revoltas, sente-se com as mãos atadas e, além disso, cabe ressaltar que uma das marcas mais características dessas famílias é o seu isolamento familiar social, ou seja, ausência de reuniões comemorativas familiares com seus parentes, ou, recebendo visitas. Isto ocorre por causa do medo extremo de que alguém descubra seu segredo. É possível, então, concluir que o abuso sexual faz parte de um conjunto de rupturas de relacionamentos, em uma estrutura familiar doente, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o agressor. Esse histórico pode determinar uma permissividade ao ato, pela própria desvalorização da infância e adolescência, como também do papel da mulher, mantendo, na maioria dos casos, uma cegueira e surdez coletiva aos apelos, muitas vezes mudos, da vítima¹⁰.

aqui deveria estar parte da
míngua que vem a seguir.

¹⁰ Hirsch M. Realer incest. Berlin, Heidelberg: Springer Verlag; 1990.

Muitas vezes, a possibilidade oferecida a uma criança para que se revele da violência sofrida pode desencadear a denúncia por parte de outras pessoas do mesmo ambiente familiar que estejam ou tenham sido submetidos à mesma forma de abuso. Em alguns casos, a descoberta de abuso sexual por parte dos responsáveis mais velhos de segunda geração, como avós ou tios-avós, pode levar à quebra da amnésia pós-traumática de um abuso sofrido pela própria mãe ou pai da vítima. Em outras situações, a criança e/ou adolescente podem ser induzidos a acusar um estranho ou qualquer outro mais distante, que não possam se defender da acusação, encobrindo, assim, o verdadeiro agressor. Habitualmente, são histórias não consistentes e que não se sustentam frente a uma argumentação mais detalhista. Somente quando passam a confiar no profissional é que essas vítimas conseguem revelar o abuso, geralmente repetitivo e de longa duração, perpetrado pelos pais, familiares e outros de seus relacionamentos.

A resposta para o silenciamento é o seu *ocultamento pela própria vítima*, pelo medo que a cerca, sentimento de culpa e ruptura da estrutura social por ela conhecida, pelo seu instinto de sobrevivência e relações de medo e poder, aceitar passivamente de uma forma culturalmente permissiva essa cicatrização escondendo-a. O Trecho abaixo reforça o dito:

“(...) não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”

(FOUCAULT, 2006, p. 35).

✓

4.0 Conclusão

Nesse estudo pode-se observar ação destruidora do abuso sexual na criança e sua estrutura familiar. O vínculo entre pais e filhos é fortemente atingido, não só por quem sofre o abuso. Nogueira e Pereira de Sá (2004)¹¹ afirmam que, em função da relação previamente estabelecida com o abusador, à criança pode manter esperança de receber um tratamento melhor, ou desejar que o abusador mude seu comportamento sem puni-lo. Assim a criança acaba por apresentar uma ambivalência afetiva e sentimento de culpa, buscando tentar salvar a relação a fim de assegurar o equilíbrio familiar.

Entretanto a composição deste vínculo familiar após a revelação do abuso não será a mesma. A família vivencia um processo de grande mágoa, culpa e desconfiança.

Ressalto que o processo de culpa é bastante presente, especialmente nos adultos em relação à criança abusada sexualmente, dificultando as denúncias.

A falta de encaminhamento das vítimas de abuso e dos casos (quando denunciado), obriga as vítimas a conviverem com o abusador, submetendo-as a violência física e psicológica, que muitas vezes resulta na retirada da denúncia.

Quando uma criança diz ter sido molestada sexualmente, os pais devem fazê-la sentir que o que passou não foi sua culpa, devem buscar ajuda médica e levar a criança para um exame com o psiquiatra ou psicólogo.

Não podemos esperar que a criança abusada avise sempre sobre o que está acontecendo. Isto porque, na grande maioria das vezes, as vítimas são convencidas pelo abusador de que não devem dizer nada a ninguém, mesmo que sua primeira intenção (abusado) seja, de fato, avisar a alguém sobre o ocorrido. Por isso os pais precisam estar conscientes de que as mudanças na conduta, no humor e nas atitudes da criança podem indicar que ela é vítima de abuso sexual.

¹¹ Hirsch M. Realer incest. Berlin, Heidelberg: Springles Verlag;1990.

Dessa forma, a partir do atendimento de rotina, emergencial ou de acompanhamento, ele poderá desencadear todos os meios de proteção legal e social que existem, que devem garantir ao mínimo, o tratamento daquela criança, sua proteção, apoio e assistência familiar, bem como o afastamento do agressor.

Temos que combater o abuso sexual de menores, a pedofilia, mas fazer campanha, por vezes, não é suficiente. Devemos informar as crianças, como saber quando estão perante uma situação dessas. Mas os abusadores e /ou pedófilos têm de ser punidos, e seria necessário haver penas maiores para este tipo de criminosos.

Resta lembrar que uma situação de abuso não pode ser apagada, o tratamento consiste em minimizar o dano psicológico. Portanto, profissionais da área de saúde e educadores precisam preocupar-se com a formulação de políticas públicas de prevenção e lutar para que sejam efetivadas, e ao mesmo tempo, fortalecer os adolescentes para saberem dizer não – e denunciar qualquer situação de abuso sexual ocorrida consigo mesmas ou com alguma amiga.

A relevância social e a importância de se produzir conhecimento novo na área de abuso sexual infantil parecem ser inquestionável, principalmente no que se refere à prevenção ou pelo menos no sentido de amenizar as conseqüências da ocorrência de casos de abuso sexual infantil. Alguns percalços são encontrados nas investigações desta área de estudo, que se deve ao assunto ainda ser considerado “tabu”.

Para contribuímos com a quebra desse paradigma, diretores, professores e orientadores pedagógicos devem estar de olhos bem abertos para o abuso sexual. É fundamental que saibam, por exemplo, reconhecer sinais de maus-tratos nas crianças e nos adolescentes. E não se trata apenas de observar as marcas físicas. Além de estarmos preparados para captar essas pistas, nem sempre tão óbvias, nós educadores precisamos nos capacitar para lidar com as crianças e suas famílias. Estabelecer uma relação de confiança com a criança, sem preconceitos e moralismos, também é um desafio. É importante que os educadores não se calem mais diante de suspeitas ou de confirmações de casos de maus-tratos contra crianças. Infelizmente, em muitas ocasiões, os profissionais acabam adotando uma postura silenciosa por causa das ameaças dos agressores, que se voltam não apenas contra as vítimas e seus familiares, mas contra toda a comunidade.

A escola deve e pode ser uma parceira de peso na luta contra a violência sexual. Ela deve e pode ajudar a romper o pacto de silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

✓

Obs: Roberto, a temática que você apresentou na monografia é de grande relevância para a educação, por isso considero que você poderá ter aprofundado mais a análise de seu objeto de estudo. Por exemplo: você não analisou as tabelas que estão em anexo, os dados expostos ali são muito interessantes e, por isso, mereciam ser analisados.

Atli

Anexo I

Tabelas:

Período: janeiro de 2000 a janeiro de 2003

Denúncias de abuso sexual por região

Universo considerado: 1547 denúncias

Tab I

Região	Denúncias
Centro Oeste	91
Nordeste	378
Norte	109
Sudeste	795
Sul	174

Perfil das vítimas de abuso sexual

Universo considerado: 1547 denúncias

Tab II

Sexo	Porcentagem do Total
Masculino	17,05%
Feminino	76,29%
Tanto meninos quanto meninas abusados na mesma denúncia	6,27%
Não Informado	0,39%

Tab III

Faixa etária	Porcentagem do total
Menor de 8 anos	18,41%
12 a 18 anos	47,61%
8 a 11 anos	18,54%
Diversas idades	14,60%

Perfil dos abusadores sexuais

Universo considerado: 1547 denúncias

Tab IV

Sexo	Porcentagem do total
Masculino	90,05%
Feminino	4,52%
Tanto homens quanto mulheres são aliciadores na mesma denúncia	4,97%
Não Informado	0,45%



Tab V

Faixa etária	Porcentagem do total
Menor de 18 anos	2,97%
18 a 30 anos	20,41%
31 a 45 anos	38,18%
Maiores de 45 anos	21,51%

Vínculo do agressor com a vítima de Abuso Sexual

Universo considerado: 1547 denúncias

Intrafamiliar – Total: 54,55%

Tab VI

Pai	42,31%
Mãe	7,69%
Irmão	4,23%
Companheiro(a)	2,31%
Namorado(a) da vítima	3,85%
Namorado da mãe	0,77%
Padrasto	16,92%
Madrasta	1,15%
Avô	2,31%
Avó	1,92%
Tio	10,00%
Tia	0,77%
Primo	3,46%
Outros*	2,31%

Extrafamiliar – Total: 45,45%

Com vínculo X sem vínculo

Tab VII

Vizinhos	17,24%
Líder religioso	6,40%
<i>Dono / funcionário de instituição de ensino</i>	4,43%
Proprietário / funcionário de bar / restaurante	2,46%
Diretor de abrigo p/ crianças e adolescentes	0,99%
Motorista de transporte escolar	0,49%
Outros**	21,67%
Homens/mulheres que aliciaram/abusam para si próprios	45,32%

Aliciador como meio de vida	0,99%
-----------------------------	-------

*Outros: Babá

**Outros: funcionário de abrigo, político, piloto de avião, motorista de ônibus escolar, enfermeira, professor de capoeira, policial militar, médico ginecologista, motoboy, segurança de rua, professor de matemática, segurança da prefeitura, babá, político, proprietário de loja, policial, médico, estrangeiro turista, travesti, funcionário da prefeitura, turistas, promotor de justiça da infância e juventude.

✓

Anexo II

❖ O perfil psicológico do abusador sexual de crianças

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2002.

O abusador é uma pessoa comum, que mantém preservadas as demais áreas de sua personalidade, ou seja, é alguém que pode ter uma profissão e até ser destaque nela, pode ter uma família e até ser repressor e moralista, pode ter bom acervo intelectual, enfim, aos olhos sociais e familiares pode ser considerado "um indivíduo normal". Ele é perverso, e faz parte da sua perversão enganar a todos sobre sua parte doente. Para ele, enganar é tão excitante quanto a própria prática do abuso. Pode esconder-se vestindo uma pele de cordeiro, ou uma pele de autoritário, ou uma pele de moralista, mas isto não passa de um artifício a serviço da sua perversão. Esse é o ponto central da sua perversão. Ele necessita da fantasia de poder sobre sua vítima, usa das sensações despertadas no corpo da criança ou adolescente para subjugar-lá, incentivando a decorrente culpa que surge na vítima.

O abusador pode ser agressivo, mas na maioria das vezes, ele usa da violência silenciosa da ameaça verbal ou apenas velada. Covarde, ele tem muito medo e sempre vai negar o abuso quando for denunciado ou descoberto.

O pedófilo procura, freqüentemente, a situação de exercer a função de substituto paternal para ter a condição de praticar sua perversão. Seu distúrbio mental é compulsivo: ele vai repetir e repetir seu comportamento abusivo, como o mais forte dos vícios. Nenhuma promessa de mudança de seu comportamento pode ser cumprida por ele, pois ele é dependente do abuso. Ele tem consciência do que pratica, portanto deve ser responsabilizado criminalmente, sem atenuantes.

✓

O maior lesão que ele causa é à mente da criança, que é invadida por concretização das fantasias sexuais próprias da infância e que deveriam permanecer em seu imaginário. Esta concretização precoce destas fantasias pode explicar a evolução de abusado para abusador, a criança fica aprisionada nesta prática infantil do sexo e suas numerosas implicações psicológicas adoecedoras, e apenas muda de lado quando se torna adulto, permanecendo assim, na cena sexual infantil traumática.

Ana Maria Brayner Iencarelli

Psicanalista de crianças e adolescentes

L

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAPIA. Abuso Sexual: Guia para orientação para profissionais da Saúde. Rio de Janeiro: Autores e Agentes Associados; 1997.

ABRAPIA: relatório abuso sexual. Disponível em <http://www.abrapia.org.br>. Acesso em: 18 out. 2008.

ARIÈS, Philippe e DUBY Georges – História da Vida Privada – 1990.

Badinter, E. (1985). Um amor conquistado: O mito do amor materno. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ballone GJ - *Abuso Sexual Infantil*, in. **PsiquWeb**, Internet, disponível em <http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html> > 2003

Brasil (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde na Escola:** Textos de Apoio. Brasília, DF, 2002. 112.

Cunningham, A. H. & Sas, L. D. (1995). The role of school programs in disclosure. Tipping the balance to tell the secret: The public discovery of child sexual abuse.

DeMause, L. (2002). The Emotional life of Nations. Londres: Department of Health

Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

Fagot, B. I., Hagan, R., Youngblade, L. M. & Potter, L. (1989). A comparison of the play behaviors of sexually abused, physically abused, and nonabused preschool children. *Topics in Early Childhood Special Education*, 9 (2). 88-100

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006. ✓

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas: conferências de Michel Foucault na PUC -Rio (de 21 a 25 de maio de 1973). Tradução Roberto Cabral de Melo Machado & Morais, Rio de Janeiro, Ed. Nau, 2002, 3ª edição, 1ª reimpressão, 2003. ✓

Freud, S. (1913) Totem e Tabu. In: Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-26. ✓

GELEWSKI, Rolf. *Estruturas Sonoras I.* Salvador: Nós Editora, 1973. ✓

Hazzard, A. & Rupp, G. (1986). A note on the knowledge and attitudes of professional groups toward child abuse. *Journal of Community Psychology*, 14, 219-223 ✓

Hirsch M. Realer incest. Berlin, Heidelberg: Springer Verlag, 1990.

Kroll, J. (1977). O conceito da Infância na Idade Média. *Jornal da História de Ciências do Comportamento*, 13(4), 384-383.

Lerner, T. (2000). Tratamento em situações de abuso sexualidade crianças e adolescentes. *Jornal da Rede Saúde*, 22, ✓ ? ?

15-16 ✓

Nogueira, S.E.C Pereira de Sá, M.L.B (2004). Atendimento psicológico a crianças vítimas de violência Sexual: Alguns impasses e desafios. Em M.C.C.A. Prado (coord.), *Omosaico da violência* (pp- 47-100). São Paulo: Vetor.

Pfeiffer L, Salvagni EP. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. J Pediatr (Rio J). 2005;81(5 Supl):S197-S204.

Passetti, E. (1995). Violentados: Crianças, Adolescentes e Justiça. São Paulo: Imaginário

World Health Organization. Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence. 2003:8.

<http://www.serialkiller.com.br/lou.html>

http://www.mentalhelp.com/abuso_sexual.htm



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Escola de Educação - EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Roberta de Lima Albernô Rodrigues

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: Abuso sexual: quebrando os muros invisíveis do Aterramento

ORIENTADOR(A): Andra Albernaz de Medeiros

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Angela Maria Souza Martins

Nota: 8,5

Considerações:

no corpo do texto

DATA: _____ Assinatura: _____

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Andra Albermaz de Medeiros

Nota: 8,5

Considerações:

Trabalho monográfico com tema pertinente e necessário. Sem dúvida, o tema do abuso sexual exige reflexão cuidadosa a fim de que se produzam novas políticas relativas a este problema que toma proporções inéditas.

A aluna apresentou um trabalho que se caracteriza como relatório de pesquisa e concordo com a professora Angela Martins com a ausência de discussão em torno das tabelas apresentadas.

Data: 14.07.2009

Assinatura: Andra Medeiros

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Média final
8,5	8,5	8,5

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2009.

Andra Medeiros
Prof. Orientador